

MULHERES NEGRAS NA FORMAÇÃO DA ECONOMIA CACAUEIRA DE ILHÉUS (BA): TRABALHO ESCRAVO E RELAÇÕES FAMILIARES, 1850-1888*

Marcelo Loyola¹  

As mulheres escravizadas no Brasil enfrentaram situações peculiares durante a segunda metade do século XIX. Após a proibição do tráfico atlântico de escravizados, em 1850, a demanda por mão de obra aumentou e os preços dos cativos se elevaram.² Nessa conjuntura, mulheres e crianças se tornaram mais importantes para os traficantes e donos de escravizados. Além de executarem serviços importantes no eito, nos espaços urbanos e domésticos, as mulheres podiam gerar filhos, que na ótica dos escravistas, seriam capazes de prolongar a escravidão.

Em 1871, foi aprovada a Lei nº 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre, estabelecendo que os filhos das escravizadas que nascessem a partir dessa data seriam considerados livres (ingênuos). Contudo, essa mesma legislação permitiu que os escravistas continuassem utilizando os serviços dos menores até 21 anos, ou os libertassem mediante indenização do Estado quando completassem oito anos, além de oficializar o direito ao

* Este artigo é uma versão reformulada de um dos capítulos da minha tese de doutorado, intitulada *Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica (PPGHE) da Universidade de São Paulo (USP). Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à pesquisa, e ao professor dr. Horacio Gutiérrez, pelas leituras e comentários relevantes feitos às versões desse texto, que também contou com comentários da professora dra. Mary Ann Mahony, a quem agradeço pelas valiosas críticas e sugestões.

1 Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP – Votuporanga) e pesquisador do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP).

2 Brasil, Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império, in *Coleção das Leis do Império do Brasil*, 

pecúlio dos escravizados e à compra da alforria, independente da vontade do senhor.³

A situação de Ilhéus é peculiar nessa conjuntura, marcada pela expansão da fronteira agrícola, em que o cultivo do cacau se alastrou pelo interior da Mata Atlântica do sul da Bahia. Muitas mulheres negras, escravizadas e libertas, estavam inseridas nesse contexto, executando diversos serviços, não somente ligados à lavoura de cacau. Os estudiosos do tema discutiram questões importantes sobre o mundo do trabalho e as relações familiares dessas mulheres, ressaltando suas estratégias de resistência, a conquista da alforria e as redes de parentesco e afetividade que elas construíram durante a vida no cativeiro e depois que se libertaram da escravidão.⁴

3 Brasil, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. “Art. 1º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. [...] Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio. [...] § 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação”, in *Coleção das leis do Império do Brasil*, ☒

4 Mary Ann Mahony, “Creativity under constraint: enslaved Afro-Brazilian Families in Brazil’s Cacao Area, 1870-1890”, *Journal of Social History*, v. 41, n. 3 (2008), pp. 633-666, ☒; Mary Ann Mahony, “Mulher, família e estatuto social no sul da Bahia: entre a escravidão e a liberdade, c. 1850 - c.1920” in Douglas Cole Libby, José Newton Coelho Meneses, Júnia Ferreira Furtado e Zephyr L. Frank (orgs.), *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2015), pp. 295-333; Marcelo Loyola de Andrade, “Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacauera (Ilhéus-Ba, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões do Brasil no século XIX”, Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, ☒; Victor Santos Gonçalves, *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*, Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.

Este artigo pretende aprofundar algumas dessas questões e contribuir para a compreensão deste contexto particular. A proposta consiste em analisar as mulheres escravizadas em Ilhéus entre 1850 e 1888, discutindo as características da população cativa, a inserção delas em diferentes atividades econômicas, o perfil dos seus proprietários, suas ocupações e as relações familiares. Os inventários *post mortem* foram as fontes utilizadas para a análise desses temas, haja vista a riqueza de informações sobre o patrimônio dos falecidos e a partilha dos bens entre os herdeiros.⁵

Em seguida, o artigo analisa as famílias na conjuntura da Lei do Ventre Livre, discutindo o estado conjugal, o acesso ao casamento e a maternidade. Nesse caso, recorreremos ao *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação (1874-1886)*, que oferece informações sistemáticas sobre essas questões.⁶ Como fontes complementares, utilizamos *Livros de impostos da Câmara municipal de Ilhéus, Recenseamento de 1872* e a *Coleção de Leis do Império do Brasil*.⁷

Mulheres negras em Ilhéus: trabalho escravo e relações familiares

Os estudos sobre as mulheres negras no Brasil escravista avançaram de modo significativo nas últimas décadas. Parte dos(as) pesquisadores(as) se dedicou à análise do mundo do trabalho dessas mulheres, ressaltando a importância delas em diversos contextos. Outros(as) estudiosos(as) investigaram os desafios que elas enfrentaram para formar famílias e mantê-las unidas dentro da escravidão, discutindo os impasses da Lei do

5 Disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Salvador, Seção Judiciária (SJ), Série Inventários (SI).

6 Disponível no APEB, Seção Colonial Provincial (SCP), lv. 7008, Ilhéus, *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*, 1874-1886.

7 Disponíveis no APEB, Seção Colonial Provincial (SCP), Câmara de Ilhéus, Livros de Impostos; Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. [↗](#); *Coleção das leis do Império do Brasil*. [↗](#)

Vente Livre e o racismo.⁸ Esses estudos trouxeram contribuições importantes para a historiografia.

Para investigar as mulheres escravizadas na economia de Ilhéus, recorreremos a 333 inventários *post mortem*, abertos entre 1850 e 1888, dos quais 215 (64,5%) tinham plantações de cacau e 121 (36%) pertenciam a escravistas, com alta proporção de mulheres e crianças no cativeiro.⁹ Essa amostra representa uma pequena parcela da população local, composta por 5.682 habitantes em 1872, dos quais 18,5% eram escravizados.¹⁰

A maior parte da população de Ilhéus era formada por indígenas e pessoas livres pobres, sem bens para legar, que se dedicavam especialmente às culturas de subsistência, à caça, à pesca, à exploração de madeiras e ao cultivo de cacau. Muitos viviam e trabalhavam em diversos lugares do litoral e do interior da comarca, cujo território perfazia aproximadamente 200 km de costa, limitando-se com as vilas de Canavieiras, ao sul, e Barra do Rio de Contas, ao norte. Os inventários permitem conhecer o patrimônio de algumas famílias que viveram nessa localidade, mas não é possível capturar nessa fonte a dinâmica de acumulação de seu capital.

8 Uma coletânea atualizada, com 19 artigos tratando do tema, pode ser vista em: Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, São Paulo: Selo Negro, 2012; outra coletânea, com 24 artigos abordando as mulheres negras no contexto da Lei do Ventre Livre, pode ser vista em: Maria Helena P. T. Machado, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*, São Paulo: Ed. Unesp, 2021.

9 Essa quantidade de inventários referente a Ilhéus, entre 1850 e 1888, representa o total de processos disponíveis para consulta no APEB, visto que na época da pesquisa alguns estavam “fora de uso” devido ao precário estado de conservação do documento, ou porque encontravam-se em restauração. O número de inventários disponível em cada período consta entre parêntese: 1850-1859 (19); 1860-1869 (63); 1870-1879 (121) e 1880-1888 (130). No primeiro período (1850-1859), aproximadamente 68% dos inventariados tinham pelo menos um escravo no patrimônio, nos demais períodos esse percentual foi de 47% (1860-1869), 30% (1870-1879) e 31% (1880-1888).

10 Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872, [↗](#).

O cacauero é uma planta nativa das florestas tropicais da América Central e o seu plantio foi adaptado ao sul da Bahia, região que oferece condições naturais favoráveis. A produção e o consumo do chocolate, bebida estimulante feita a partir das sementes deste fruto, estavam em expansão à época na Europa e nos Estados Unidos.

Normalmente, pequenos lavradores cultivavam cacau em terrenos foreiros, com o uso do trabalho familiar, tinham roças de mandioca e acessórios para a fabricação de farinha. Já as famílias ricas, no caso de Ilhéus, eram aquelas que possuíam terras, escravos, imóveis e fazendas com plantações de cacau, café e cana-de-açúcar, além das encabeçadas por negociantes, que controlavam o mercado interno e as exportações.¹¹

Embora o cultivo do cacau estivesse se expandindo, somente no final do século XIX esse produto se consolidou na economia baiana. Nesse processo, os lavradores não tiveram apoio do Estado, tendo que recorrer a particulares para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Muitas vezes o cultivo de cacau servia para complementar a renda das famílias pobres, que pagavam suas compras nas lojas dos negociantes oferecendo gêneros das lavouras.¹²

Após a invenção da receita do chocolate ao leite, no final do século XIX, o cacau se valorizou no exterior, com repercussões em Ilhéus. Nos inventários, por exemplo, o preço das sementes desse fruto saltou de Rs. 3\$500, cada arroba, em 1873,¹³ para 7 mil réis nos anos 1880.¹⁴ Nessa época, aproximadamente 100 casas de negócios estavam

11 Marcelo Loyola de Andrade, “Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888”, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, 60.

12 Marcelo Loyola, “Credores e devedores na formação da economia cacauera: Ilhéus, 1850-1888” in José Ricardo Moreno Pinho e Antonieta d’Aguiar Nunes (orgs.), *Capítulos de história da Bahia: formação econômica* (Salvador: EDUNEB, 2020), pp. 155-181.

13 APEB, Seção Judiciária (SJ), Ilhéus, est. 02, cx. 737, maço 1202, doc. 13, *Inventário de Ignês Maria do Espírito Santo*, 27 fev. 1873.

14 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 759, maço 1225, doc. 03, *Inventário de Domingos Lopes da Silva*, 10 out. 1883.

estabelecidas em Ilhéus e algumas se tornaram firmas, a exemplo de Seabra Filho & Cia e Luiz Adami & Filho.¹⁵

A introdução da navegação a vapor contribuiu para dinamizar as relações comerciais entre a capital da Bahia, as comarcas do litoral e outras praças do Império.¹⁶ Os vapores Caravelas, Rio Vermelho e São Felix, por exemplo, aparecem entre os exportadores de cacau, quando mais de 234 mil arrobas desse produto saíram do porto de Ilhéus entre 1871 e 1885.¹⁷

O trabalho de mulheres escravizadas foi essencial nesse contexto de expansão da fronteira agrícola. Suas habilidades nos cuidados das lavouras, na preparação dos alimentos e nos serviços de casa fizeram delas pessoas indispensáveis para muitas famílias, que dependiam desses serviços. Ademais, elas podiam gerar filhos, fator importante para os escravistas da época. Uma amostra da distribuição da população escravizada por sexos e ocupação principal dos inventariados permite entender um pouco dessa importância.¹⁸

15 APEB, SCP, Câmara de Ilhéus, maço 5455, *Livro de imposto sobre casas de negócios*, Ilhéus, 1874-1892.

16 Ver, entre outros, Marcos Guedes Vaz Sampaio, *Navegação a vapor na Bahia Oitocentista (1839-1894)*, Salvador: Edufba, 2014.

17 APEB, SCP, Câmara de Ilhéus, maço 5459, *Livro de imposto sobre exportação de cacau e café*, 1871-1885.

18 Uma análise minuciosa da composição dos patrimônios permitiu identificar a concentração dos investimentos e a ocupação principal da maioria dos escravistas: os produtores de cacau tinham a maior parte da riqueza comprometida com escravos e cacauzeiros; os negociantes, com gêneros das casas de negócios e dívidas ativas; os donos de engenhos tinham riquezas comprometidas principalmente com escravos, terras e imóveis; os produtores de farinha de mandioca, café e coco tinham riquezas concentradas em culturas e imóveis. Os demais inventariados eram, sobretudo, profissionais liberais e funcionários eclesiásticos, agrupados na categoria Outras ocupações, além dos casos sem identificação da atividade exercida.

Tabela 1

Distribuição dos inventariados escravistas por ocupação principal e posse de escravizados(as). Ilhéus, 1850-1888

Ocupação principal dos inventariados escravistas	Quantidade de inventários		Mulheres escravizadas		Homens escravizados		Total de cativos(as) ^b	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Donos de Engenho	12	10,0	153	36,4	146	36,4	299	36,4
Produtores de cacau	51	42,0	127	30,2	125	31,2	252	30,7
Negociantes	31	25,6	68	16,2	54	13,5	122	15,0
Prod. de farinha/ café/coco	11	9,1	29	6,9	34	8,5	63	7,6
Outras ocupações ^a	3	2,5	4	0,9	7	1,7	11	1,3
Não identificada	13	10,8	39	9,4	35	8,7	74	9,0
TOTAL	121	100,0	420	100,0	401	100,0	821	100,0

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária (S.J.), Inventários de Ilhéus, 121 processos, 1850-1888.

Profissionais liberais, funcionários eclesiásticos, pequenos criadores, madeireiros etc.

Inclui 119 crianças com até dez anos de idade e 77 ingênuos.

Obs.: foram excluídos oito cativos sem identificação do sexo (nome) no documento.

A Tabela 1 mostra que a demografia da população escravizada de Ilhéus estava bem equilibrada quanto aos sexos: 420 mulheres e 401 homens, proporção semelhante à do censo de 1872: 555 contra 496, respectivamente.¹⁹ As mulheres escravizadas estavam inseridas em diversas atividades econômicas, mas pertenciam, principalmente, às famílias ricas de Ilhéus, composta por donos de engenho, produtores de cacau e negociantes.²⁰

O açúcar era o principal item da economia baiana nessa época e, também, era fabricado em Ilhéus. Nessa localidade, os donos de

19 Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872, [E](#).

20 Donos de engenho, negociantes e produtores de cacau escravistas possuíam, em média, as maiores fortunas (monte-mor): Rs. 30:232\$863; Rs. 18:152\$342 e Rs. 9:953\$441, respectivamente.

engenho possuíam as maiores fortunas, tinham terras, casas na fazenda, na vila e muitos escravizados. Os proprietários do engenho Itacanoéiras, por exemplo, tinham uma casa na fazenda, coberta de telha, avaliada em 300 mil réis, e outra na vila de Ilhéus, assoalhada, feita de pedra, tijolo e cal, medindo 40 palmos de frente, com duas portas e duas janelas, avaliada em 600 mil réis. Entre os 17 escravizados que trabalhavam nesse engenho, havia pessoas encarregadas de várias funções.²¹

As mulheres podiam trabalhar no eito e nos serviços de casa. Nos engenhos do Recôncavo baiano, a divisão das tarefas por sexo se dava nos aspectos agrícolas e na manufatura do açúcar: cavar, desmatar e cortar a lenha eram trabalhos feitos por homens; as mulheres trabalhavam ao lado deles na mondadura e no corte da cana, na limpeza das moendas, dos tambores e dos recipientes para o caldo da cana.²²

Os proprietários do engenho Castelo Novo também tinham casas na fazenda e na vila de Ilhéus, onde muitas mulheres trabalhavam. Em 1861, esse engenho possuía 54 cativos: 28 (52%) eram do sexo feminino e 26 (42%) do sexo masculino, entre os quais dezessete (31%) eram crianças com menos de dez anos de idade. O engenho estava equipado com moenda, cilindro, roda, casa de purgar, casa de farinha, moinhos, plantações de cana, cacau, café, coco, balcão de negócios e outros bens. A propriedade possuía treze cativos de origem africana (24%), cinco mulheres e oito homens, todos acima dos dezoito anos.²³

O elevado número de mulheres e crianças nos engenhos de Ilhéus sugere que muitas cativas deram à luz nessas propriedades. No engenho Itaípe, seis crianças, do total de 48 cativos, foram declaradas filhas de mulheres escravizadas.²⁴ Ao que parece, os senhores não impediam

21 APEB, Seção Judiciária, Ilhéus, est. 02, cx. 783, maço 1250, doc. 08, *Inventário de Maria Luíza da Santíssima Trindade*, 9 out. 1850.

22 Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 130-131, 137 e 288.

23 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 786, maço 1253, doc. 06, *Inventário de Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey*, 28 fev. 1861.

24 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 781, maço 1248, doc. 03, *Inventário de Maria da Piedade Melo e Sá*, 12 jul. 1876.

relações afetivas entre mulheres e homens em situação de cativo, e muitas famílias se formaram no interior dos engenhos. Muitas vezes, essas famílias eram fragmentadas durante a partilha dos bens entre os herdeiros. Além disso, complicações no parto e má nutrição impactavam a vida dessas mulheres, acentuando os índices de mortalidade infantil.²⁵

Mulheres escravizadas também trabalhavam para os negociantes, que normalmente tinham casas de negócios, onde comercializavam vários artigos no mercado interno e exportavam cacau e outros produtos para Salvador, capital da província da Bahia. Em 1881, por exemplo, faleceu um dos maiores exportadores de cacau de Ilhéus, José Simeão Moreno,²⁶ que tinha comércio na Rua do Porto e possuía uma única escrava, Maria (corcunda), arrematada em praça pública para o pagamento das dívidas do seu proprietário.²⁷ Podemos supor que ela tinha o papel de cuidar da casa, dos três filhos do casal e da loja.

Outras escravizadas trabalhavam no cultivo do cacau, ou extraindo e beneficiando as sementes do fruto. Diversas fazendas de cacau espalhadas por Ilhéus contavam com a exploração do trabalho de mulheres e crianças escravizadas. O plantio do cacau é uma atividade muito exigente quanto ao solo, ao clima e aos cuidados. Após o plantio das mudas, leva-se em torno de quatro a cinco anos para que elas comecem a frutificar, necessitando de atenção permanente por pelo menos três anos.²⁸ A planta pode atingir até dez metros de altura. Os frutos são colhidos em podões, que em seguida são arrumados em montes (bandeiras) para que sejam quebrados e para que seus caroços sejam extraídos. Estes últimos são conduzidos

25 Mahony, “Creativity under constraint”, pp. 647-650.

26 APEB, SCP, Câmara de Ilhéus, maço 5459, *Livro de imposto sobre exportação de cacau e café*.

27 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 781, maço 1248, doc. 10, *Inventário de José Simeão Moreno dos Reis*, 9 jul. 1881

28 Gregório Bondar, *A cultura de cacao na Bahia*, São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1938, pp. 126-142. Instituto de cacau da Bahia. Boletim Técnico.

para cochos de fermentação, onde ficam de seis a sete dias e, a seguir, são postos para secar e encaminhados para os depósitos.²⁹

Contabilizamos mais de 500 mil cacauzeiros nos 333 inventários, a maioria frutíferos, outros “ainda novos” ou “esgalhando”, dos quais quase a metade (47%) pertencia a escravistas. As plantações cresceram, passando de algo em torno de 3 mil pés, em meados do Oitocentos, para 20 mil na véspera da abolição da escravidão (1888), quando escravizados e libertos estavam se estabelecendo como lavradores do fruto.³⁰

Na Fazenda Santa Cruz, onde eram cultivados 2.877 pés de cacau em 1849, trabalhavam sete pessoas escravizadas – quatro homens e três mulheres –, a maioria africanos de origem nagô: João tinha 33 anos; Pedro, 25; Jorge, 24; Bruno, era moço; Arminia, tinha 24 anos; Ana, 23 e Carlota, a única “crioula”, tinha vinte anos.³¹ Uma parte dos cacauzeiros (360 pés) estava com seis meses de idade, fase em que a planta necessita de atenção especial.

A cultura do cacau não necessitava de grandes investimentos, como observou Mary Ann Mahony, ao analisar relatórios de autoridades do governo e manuais de agricultura da época. De acordo com Mahony, “seis homens adultos eram suficientes para manter e colher uma plantação com 6.400 cacauzeiros”,³² destacando ainda que as mulheres escravizadas trabalhavam na poda, na colheita dos frutos e, junto com os filhos, quebravam as amêndoas do cacau.³³

29 Milton Santos, *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*, 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, pp. 29-30.

30 Mary Ann Mahony, “Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889”, *Afro-Ásia*, n. 25-26 (2001), pp. 98-99, ; Ronaldo Lima da Cruz, *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880-1900*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012. .

31 APEB, SJ, Ilhéus, est. 08, cx. 3424, maço n/c, doc. 06, *Inventário de João Segismundo Cordier*, 25 maio 1849.

32 Mahony, “Instrumentos necessários”, p. 107.

33 Mahony, “Creativity under constraint”, p. 639.

Uma das maiores plantações, localizada na Cachoeira de Itabuna, tinha 19.404 pés de cacau e pertencia ao major Joaquim José de Oliveira, que faleceu em 1875, e era dono de 22 cativos, além de seis ingênuos: doze do sexo feminino, quatorze do sexo masculino e duas crianças com poucos meses de vida. Colatina era costureira e engomadeira, tinha 24 anos e duas filhas ingênuas, avaliadas com a mãe em 500 mil réis; Jesuína, crioula, 42 anos, “doente de moléstia crônica”, foi avaliada em 150 mil réis; Floriana, quatorze anos, dos serviços de lavoura, doente, foi avaliada em 100 mil réis.³⁴

O trabalho escravo de mulheres e crianças também estava presente nas plantações de café. O major Joaquim José de Oliveira, além de possuir uma grande plantação de cacau, tinha 6 mil pés de cafés plantados na Cachoeira de Itabuna, além de casa de farinha, casa para secar cacau e café e mais de duas dezenas de cativos, entre outros bens.³⁵

Outro espaço de atuação dessas mulheres era na produção de farinha de mandioca, alimento indispensável na dieta da população, produzido em Ilhéus desde o período colonial, quando era destinado, inclusive, ao abastecimento dos mercados de Salvador e do Recôncavo baiano. Os 333 inventários de Ilhéus contêm descrições de 133 casas de farinha³⁶ e mais de 100 mil covas de mandioca, espalhadas em várias propriedades. Mulheres e crianças escravizadas atuaram nessa atividade.

Algumas fazendas eram especializadas na produção desse alimento, como a fazenda Jetima-Açú, localizada em Itaípe, que concentrou a maior plantação – 30 mil covas de mandioca. A propriedade estava equipada com casa de farinha, rodas de ralar mandioca, prensa e alguidar. Entre as 14 pessoas escravizadas que trabalhavam nessa propriedade, três eram mulheres, seis eram crianças com até treze anos de idade e os outros eram

34 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 749, maço 1215, doc. 07, *Inventário do Major Joaquim José de Oliveira*, 30 out. 1875.

35 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 749, maço 1215, doc. 07, *Inventários do Major Joaquim José de Oliveira*, 30 out. 1875.

36 Marcelo Henrique Dias, *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*, Ilhéus: Editus, 2011; Bert J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 129-164.

homens adultos. Carolina e Maria Eva eram africanas, os demais eram crioulos com até 29 anos.³⁷

A lavoura de mandioca envolvia cuidado com as plantações durante doze ou dezesseis meses. Após esse período, as raízes eram arrancadas da terra, depois lavadas, raspadas e raladas para obtenção da massa, que era prensada, peneirada e torrada no forno. Vários viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no século XIX descreveram o processo de fabricação desse produto, que muitas vezes envolvia o trabalho de mulheres e crianças.³⁸

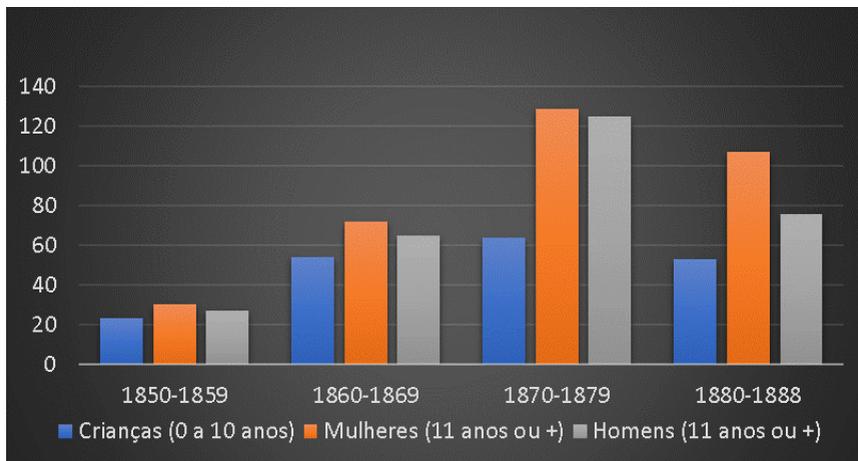
A quantidade de crianças escravizadas em Ilhéus chamou a atenção de vários estudiosos do tema. Nos inventários, muitas são descritas com até dez anos, porém, em muitas ocasiões, a idade delas aparece nessa fonte de forma imprecisa: “cria”, “crioulinho”, “mulatinho” “cabrinhas” e “pardinhos”. Em Ilhéus, e em outras partes do Brasil, os ingênuos não foram poupados da escravidão, por isso, optamos por agrupá-los com os menores que nasceram antes da Lei do Ventre Livre, englobando-os na faixa etária entre zero e dez anos.³⁹

37 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 785, maço 1252, doc. 07, *Inventário de Felipa de Melo Sá Bandeira*, 16 mar. 1866.

38 Ver, entre outros, Auguste Saint-Hilaire, *Segunda Viagem no Interior do Brasil*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936; Maximiliano de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940; Joham B. Von Spix & Karl F. P. Von Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

39 Marília B. A. Ariza, “Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880)” in Maria Helena P. T. Machado, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação* (São Paulo: Ed. Unesp, 2021), pp. 19-40.

Figura 1
Escravizados(as) por sexos e grupos etários. Ilhéus, 1850-1888



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária (SJ), Inventários de Ilhéus, 121 processos, 1850-1888.

Obs: inclui 77 ingênuos entre as crianças de zero a dez anos de idade.

O gráfico na Figura 1 mostra que a quantidade de mulheres foi superior à dos homens em todos os períodos, indicando a presença relevante de cativas no contexto da escravidão em Ilhéus. Ademais, nota-se alta proporção de crianças escravizadas e ingênuas: 29% no primeiro decênio (1850-1859) e entre 20% e 22% nos demais períodos. Os inventários revelam que, entre 1871 e 1879, nasceram 26 ingênuos em Ilhéus e mais 51 nos últimos anos de vigência da escravidão no Brasil (1880-1888), sugerindo que os escravistas incentivaram a formação de famílias no cativeiro.

Embora a Lei do Ventre Livre estabelecesse a idade de oito anos como referência, não há consenso entre os historiadores a respeito da faixa etária ideal para se definir a infância de crianças escravizadas. Maria Cristina Luz Pinheiro as agrupou na faixa etária entre zero e doze anos, demonstrando que, em Salvador, entre 1850 e 1888, elas trabalhavam

principalmente nos serviços domésticos.⁴⁰ Heloísa Maria Teixeira investigou as crianças escravizadas em Mariana (MG) na segunda metade do século XIX, agrupando-as em outra faixa etária (zero-quinze anos), constatando que muitas trabalhavam nos serviços de roça.⁴¹ No oeste paulista, elas trabalhavam nas lavouras de café e foram agrupadas na faixa etária entre zero e quinze anos.⁴²

A despeito das imprecisões relativas à faixa etária, os(as) autores(as) concordam que os filhos das mulheres escravizadas se tornaram muito importantes durante a segunda metade do século XIX, devido aos preços mais baixos e à maior expectativa de vida em relação aos adultos.

O tamanho e a habilidade dessas crianças devem ter sido mais importantes que suas idades. Em diversas partes do Brasil, “nas fazendas, nos engenhos, nas chácaras e sítios, aos oito anos, as crianças já eram enviadas às plantações, beneficiavam café, descaroçavam algodão, descascavam e ralavam mandioca, fabricavam cestos e cordas, guiavam carro-de-boi e pastoreavam o gado”.⁴³

Os inventários de Ilhéus não mencionam com frequência o ofício dos escravizados, muito menos das crianças.⁴⁴ Contudo, essa informação

40 Maria Cristina Luz Pinheiro, “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador, 1850-1888”, *Afro-Ásia*, n. 32 (2005), pp. 159-183, [DOI](#).

41 Heloísa Maria Teixeira, “Meninos dos olhos do senhor: crianças escravas em Mariana na segunda metade do século XIX”, *População e Família*, v. 1, n. 1 (1998), pp. 147-172.

42 Gabriel Almeida Antunes Rossini, “A importância da criança escravizada e seu comércio no Oeste paulista, 1861-1869”, *Estudos Econômicos*, v. 49, n. 4 (2019), pp. 777-806, [DOI](#).

43 Maria Lucia de Barros Mott, “Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio”, *Revista de História*, n. 120 (1989), p. 89, [DOI](#).

44 Apenas 33% dos cativos mencionados nos inventários tiveram a ocupação declarada pelos avaliadores. Entre as mulheres, a maioria era dos serviços de lavoura (76,2%) e domésticos (16,8%), percentuais próximos aos do censo de 1872, que foram de 69% e 15,5%, respectivamente. Além das descrições genéricas, encontramos, entre elas, ocupações específicas: cozinheiras, costureiras, lavadeiras, copeiras e engomadeiras. Os homens também trabalhavam como domésticos (5,2%) e nos serviços de lavoura (82%), às vezes junto com as mulheres. Outros eram marinheiros, carpinas, carpinteiros, alambiqueiros e mestres de açúcar etc., perfazendo 12,7% das suas profissões.

aparece de forma sistemática no documento do fundo de emancipação, em que foi possível identificar as idades e as profissões dos cativos.⁴⁵

Ao que parece, as meninas eram recrutadas para os serviços domésticos com mais frequência do que os meninos. Noemia, parda, de cinco anos de idade, foi a mais nova que encontramos atuando nessa profissão. Além da pequena Noemia outras crianças aparecem na documentação, como Julia, de seis anos; Lia, com sete; e Flora, costureira, com nove anos. O único menino doméstico na faixa etária dos cinco aos dez anos foi Pedro, de seis anos.⁴⁶

Com relação aos idosos que exerciam serviços domésticos, os mais velhos encontrados na documentação que analisamos, entre homens e mulheres, foram: Angélica, 71 anos, preta, solteira e José de França, 44 anos, solteiro, propriedades de Maria Magdalena de C. Aguiar e Paulino Lopes de Carvalho, respectivamente. Ao que parece, as meninas começavam mais cedo e podiam permanecer por mais tempo nas tarefas domésticas, se comparadas aos seus pares do sexo masculino.⁴⁷

Em relação aos que trabalhavam na lavoura, encontramos desde crianças como Agostinha, quatro anos, e Victor, sete, até idosos(as), como Joaquim, casado, 76 anos, e Esperança, 71 anos, solteira.⁴⁸ Não sabemos a idade certa que as crianças começavam a trabalhar, certamente os avaliadores exageraram em algumas classificações. De todo modo, elas começavam a trabalhar muito cedo.

45 APEB, SCP, Ilhéus, lv. n° 7008, *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*, 1874-1886.

46 APEB, SCP, lv. n° 7008, *Livro de classificação*.

47 APEB, SCP, lv. n° 7008, *Livro de classificação*.

48 APEB, SCP, lv. n° 7008, *Livro de classificação*.

Tabela 2
Principais ofícios dos(as) escravizados(as). Ilhéus, 1850-1888

Sexo/ Profissões	Mulheres escravizadas		Homens escravizados		Total de cativos(as)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviço de Lavoura	366	82,6	311	86,6	677	84,4
Serviço Doméstico	55	12,4	11	3,1	66	8,2
Carapina	0	0,0	13	3,6	13	1,6
Cozinheira(o)	7	1,6	3	0,8	10	1,3
Padeiro	0	0,0	7	2,0	7	0,9
Costureira	5	1,1	0	0,0	5	0,7
Lavadeira	2	0,5	0	0,0	2	0,2
Arrumadeira	1	0,2	0	0,0	1	0,1
Engomadeira	1	0,2	0	0,0	1	0,1
Outras profissões*	6	1,4	14	3,9	20	2,5
TOTAL	443	100,0	359	100,0	802	100,0

Fonte: APEB, Seção Colonial Provincial (SCP). *Livro de classificação*.

(*) Serviços de navegação, serrador, ferreiro, carapina, carregador, entre outros.

Obs: não incluímos, nesta tabela, os filhos menores: 345 escravos e 65 ingênuos.

A Tabela 2 mostra que entre os cativos classificados para possível libertação, houve ligeira predominância de mulheres em relação aos homens: 443 contra 359, respectivamente. No que se refere às profissões, as mulheres predominaram tanto nos serviços de lavoura (82,6%) quanto nos domésticos (12,4%), sem contar os casos específicos, como cozinheiras, costureiras, lavadeiras, arrumadeiras e engomadeiras. Proporção semelhante foi verificada entre os homens: 86,6% dos serviços de lavoura e 3,1% dos serviços domésticos, além de 3,6% como carapinas. Os demais eram dos serviços de navegação, marítimos, serradores, ferreiros e carregadores, inseridos na tabela, na categoria “Outras profissões”, perfazendo 3,9% do total.

Em relação às origens, a maior parte das mulheres escravizadas em Ilhéus foram descritas nos inventários como crioulas, nascidas no

Brasil (72%) e africanas (11%). As demais (17%) não tiveram a origem mencionada. Muitas dessas mulheres acumularam experiência trabalhando com seus filhos em vários serviços. Albert, por exemplo, filho de escravizada, tinha oito anos em 1886 e já trabalhava nos tabuleiros de secagem de cacau.⁴⁹ Henriqueta, africana com 26 anos de idade e três filhos menores, trabalhava na fazenda da Lage, em 1861, onde eram cultivados 2,8 mil pés de cacau. O único cativo homem nessa propriedade era Jorge, africano de 28 anos, que seria provavelmente o pai das crianças mencionadas.⁵⁰

Além disso, escravizados e escravizadas circulavam pelos espaços rurais e urbanos de Ilhéus. Eles conheciam a dinâmica comercial da cidade e sabiam que o cacau estava ganhando importância na economia, o que ampliava suas perspectivas de formar pecúlio e construir relações afetivas. Algumas mulheres negras trabalhavam para profissionais liberais, que moravam na vila.

Antônio Ferreira da Silva, casado com Angélica Maria Soares, tinha casas na Rua da Praça e na Rua São Bento, além de uma tenda de ferreiro na Rua do Porto. Entre os sete cativos do casal, quatro eram mulheres, dois homens e uma criança com três anos de idade. Certamente, esses cativos eram obrigados a se deslocarem de acordo às necessidades dos proprietários.⁵¹

A maioria das mulheres empregadas em serviços domésticos trabalhavam para famílias ricas: donos de engenho, negociantes e grandes fazendeiros de cacau. Paula de 40 anos de idade, por exemplo, era cozinheira e engomadeira do alferes Domingos Antônio Bezerra, produtor de cacau, que possuía, entre outros bens, mais três cativos: a africana Antônia e os crioulos Romão e Lourenço, locados nos serviços de lavoura.⁵²

49 Mahony, “Mulher, família”, pp. 311-312.

50 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 786, maço 1253, doc. 07, *Inventário de Rosa Alexandra Wense*, 12 mar. 1861.

51 APEB, SJ, Ilhéus, est. 03, cx. 1270, maço 1739, doc. 00, *Inventário de Angélica Maria Soares*, 19 set. 1862.

52 APEB, SJ, Ilhéus, est. 03, cx. 1270, maço 1739, doc. 05, *Inventário do Alferes Domingos Antônio Bezerra*, 7 fev. 1860.

Ana era cozinheira e Jacinta atuante nos serviços domésticos do negociante Adão Schaum, que morava na Rua do Porto antes de falecer, em 1877, possuindo, entre outros bens, padaria e casa de farinha na vila de Ilhéus.⁵³ Justa e Firmina eram domésticas de um dos maiores negociantes dessa localidade. Luiz Adami, dono de seis escravos e imóveis na Rua do Porto, entre outros bens,⁵⁴ exportando 62.775 arrobas de cacau e 2.631 de café entre 1871 e 1885.⁵⁵

A Rua do Porto era um dos espaços mais movimentados da vila, onde se localizavam o porto marítimo, lojas e armazéns que vendiam gêneros secos e molhados. Mulheres escravizadas, livres e libertas circulavam pelas ruas de Ilhéus e podem ter trabalhado nos serviços de ganho. Ademais, nesses espaços, havia múltiplas possibilidades para construção de relações afetivas.

Em Salvador, por exemplo, 58% das escravas com ofícios declarados entre 1811 e 1860 eram domésticas, sendo que as engomadeiras, costureiras e bordadeiras podiam vender o produto de seu trabalho fora da residência do senhor, morando ou não em sua companhia.⁵⁶ Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, uma mulher escravizada podia empregar-se como mão de obra e pagar uma soma fixa ao seu proprietário, guardando para si o que sobrasse, a fim de comprar comida ou pagar um cômodo.⁵⁷ Em São Paulo, no século XIX, mulheres negras de tabuleiro, escravizadas e libertas obtinham ganhos como vendedoras ambulantes no pequeno comércio de rua.⁵⁸

53 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 781, maço 1248, doc. 02, *Inventário de Adão Schaum*, 5 nov. 1877.

54 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 758, maço 1224, doc. 06, *Inventário de Luiza Theodolina de Sá Adami*, 26 set. 1882.

55 APEB, SCP, Câmara de Ilhéus, maço 5459, *Livro de imposto sobre exportação de cacau e café*.

56 Maria José de Souza Andrade, *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, São Paulo: Corrupio, 1988, pp. 130-139.

57 Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

58 Maria Odila Leite da Silva Dias, “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”, *Estudos Econômicos*, v. 15 (1985), pp. 89-109, [↗](#).

Apesar da diferença significativa entre os contextos, presume-se que parte dessas estratégias pode ter sido utilizada pelas mulheres negras de Ilhéus, que tinham crédito nas casas de negócio. Joaquim José da Costa Seabra tinha comércio nessa localidade antes de falecer, em 1856. A lista de seus devedores é extensa, incluindo cativos(as) como Carlota, por exemplo, escravizada em sua fazenda, que lhe devia a quantia de 3.360 réis.⁵⁹ Outras, como Guilhermina, propriedade de Vitória Basto, e Alice, do capitão Evaristo, deviam ao negociante Aristides Gusmão as quantias de 19.806 réis e 5 mil réis, respectivamente.⁶⁰

O trabalho doméstico não se limitava aos cuidados das residências, incluindo atividades dentro e fora de casa, dependendo dos interesses e necessidades dos proprietários.⁶¹ A “obediência e boa execução dos serviços de casa” poderiam significar proteção e amparo dos patrões, mas a proximidade com a família do senhor também era permeada por vigilâncias e violências.⁶²

Em Ilhéus, várias meninas escravizadas executavam serviços domésticos. Alice, com dez anos de idade, trabalhava nesse ofício no engenho Itaípe em 1876, quando a esposa do proprietário faleceu.⁶³ Januária tinha dez anos e trabalhava como doméstica para Manoel Francisco Dunda, dono da fazenda Tabocas, onde eram cultivados mais de 6 mil cacauzeiros em 1873.⁶⁴

59 APEB, SJ, Ilhéus, est. 08, cx. 3424, maço n/c, doc. 06, *Inventário de Joaquim José da Costa Seabra*, 17 set. 1856.

60 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 762, maço 1228, doc. 09, *Inventário de Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão*, 30 ago. 1886.

61 Macus Joaquim Maciel de Carvalho, “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”, *Afro-Ásia*, n. 29-30 (2003), pp. 41-78, ; Graham, *Proteção e Obediência*; Andrade, *A mão de obra escrava*.

62 Graham, *Proteção e Obediência*, pp. 15-16 e 108.

63 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 781, maço 1248, doc. 03, *Inventário de Maria da Piedade Melo e Sá*, 12 jul. 1876.

64 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 737, maço 1202, doc. 18, *Inventário de Manoel Francisco Dunda*, 18 fev. 1873.

Ao que parece, meninas domésticas eram bem valorizadas no mercado de escravizados de Ilhéus. Antes da Lei do Ventre Livre, o preço médio delas nos inventários foi mais alto que o dos seus pares do sexo masculino na mesma faixa etária (onze aos dezesseis anos): 924 mil réis contra 830 mil réis entre 1850 e 1859, e no decênio seguinte, 1 conto e 157.143 réis contra 866.677 réis. Essas meninas podem ter sofrido vários tipos de exploração no decorrer da vida, inclusive sexual. Segundo Luciana da Cruz Brito, “a ausência de leis que condenassem o estupro deixou-as à sua própria sorte e da sua comunidade para que criassem estratégias de proteção de mulheres e meninas, até quando isso fosse possível”.⁶⁵ Em Recife (PE), não era incomum que fossem exigidos serviços sexuais como parte das obrigações devidas pelas empregadas, escravas ou livres.⁶⁶

Diversos estudos demonstraram as situações de vulnerabilidade dessas mulheres e meninas em situação de escravidão e mesmo após abolição, quando elas e suas famílias elaboraram diferentes estratégias de resistência.⁶⁷ Liberata, por exemplo, recorreu à justiça após “ser possuída” várias vezes pelo seu senhor. Já Caetana, se recusou a deitar com um marido arranjado pelo seu proprietário.⁶⁸ Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, algumas escravizadas eram obrigadas a atuarem na prostituição e a pagarem determinadas quantias (jornais) aos seus senhores.⁶⁹

65 Luciana da Cruz Brito, “Mulheres negras e escravidão: reflexões sobre agência, violências sexuais e narrativas de passividade” in Maria Helena P. T. Machado, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação* (São Paulo: Ed. Unesp, 2021), pp. 151-164, p. 155.

66 Carvalho, “De portas adentro”, pp. 41-78.

67 Ver, entre outros, Xavier, Farias e Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil*.

68 Keila Grinberg, *Liberata - a lei da ambiguidade. As ações de liberdade na corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Ciências Sociais, 2008; Sandra Lauderdale Graham, *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

69 Sandra Lauderdale Graham, “O impasse da escravatura: prostitutas escravas, suas senhoras e a lei brasileira de 1871”, *Acervo*, v. 9, n. 1-2 (1996), pp. 31-67, [↗](#); Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Ana Maria Bandeira de Melo Magaldi, “Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão feminina em uma sociedade colonial”, *Cadernos de Pesquisa*, n. 54. (1985), pp. 50-61, [↗](#).

Em Ilhéus, muitas mulheres e meninas negras viviam na zona rural, onde a situação de vulnerabilidade certamente era maior do que nos espaços urbanos. Poucas vezes a paternidade dos filhos das mulheres escravizadas foi mencionada nos inventários, mas isso não significa ausência de família nem de redes de proteção. Sabemos, contudo, que parte dessas mulheres sofria violência sexual, enquanto outras utilizavam de seus corpos como estratégia possível para obtenção de melhores condições de vida ou mesmo a alforria.⁷⁰

Em Ilhéus, a Rua do Porto era um dos locais mais movimentados da vila, com entradas e saídas de embarcações, mercadorias e circulação de pessoas, principalmente marinheiros, canoeiros, jangadeiros e negociantes, oferecendo possibilidades para formação de relações afetivas e obtenção de ganhos, inclusive na atividade da prostituição.

Além disso, pescar e mariscar foram atividades utilizadas por muitas pessoas escravizadas como forma de garantir subsistência e obter pecúlio. De acordo com Stuart B. Schwartz: “Muitos trechos litorâneos de mangue da Bahia eram uma salvação para os escravos que se alimentavam de siris, guaiamus e outros crustáceos”.⁷¹

Essa atividade foi mencionada no tratado de paz proposto pelos escravos do engenho Santana, localizado em Ilhéus, quando da revolta de 1789, “para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas. Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas”.⁷²

Ainda que os inventários não permitam capturar a rotina de trabalho e a dinâmica da vida dessas pessoas, podemos inferir que muitas mulheres negras e seus filhos mariscavam e pescavam como forma de garantir o sustento da família e de obter algum pecúlio. Os pescadores podiam fornecer peixes e mariscos para suas famílias. As cozinheiras

70 Lígia Bellini, “Por amor e por interesse”: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias” in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1988), pp. 73-86.

71 Schwartz, *Segredos internos*, p. 79.

72 Stuart B. Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru: EDUSC, 2001. p. 119.

podiam preparar pratos de diversos sabores para serem vendidos nas ruas de Ilhéus.

No Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, africanas da Costa da Mina dominavam o mercado urbano, onde atuavam, sobretudo, como quitandeiras.⁷³ Em Salvador, no século XIX, mulheres escravizadas vendiam comida de porta em porta, além de atuarem como quitandeiras e realizarem outros serviços essenciais ao abastecimento da cidade.⁷⁴

Algumas dessas estratégias podem ter sido utilizadas pelas mulheres negras de Ilhéus, africanas e crioulas, que conseguiam obter pecúlio. Em 1876, a africana Antônia, com 58 anos de idade, e Paula, com 63, trabalhavam na fazenda de cacau em Ilhéus, quando a esposa do proprietário faleceu. Nos autos do processo, elas foram avaliadas em 200 mil réis e 100 mil réis, respectivamente, e apresentaram esses valores ao juiz, requerendo sua liberdade.⁷⁵ O mesmo aconteceu com a crioula Lina, 52 anos, que em 1880 trabalhava na fazenda de cacau denominada Vitória. No processo de partilha dos bens, ela ofereceu ao juiz o valor de sua avaliação (250 mil réis), solicitando a alforria.⁷⁶

No inventário do capitão Joaquim Ferreira Paiva, falecido em 1874, consta a quantia de 1.060.000 réis, dinheiro que a inventariante recebeu pela liberdade das escravizadas Francisca, Maria e Izabel.⁷⁷ Rosa e Rosalina pertenciam a Maria Margarida Ninch, que tinha fazenda de cacau em Itabuna antes de falecer, em 1886. No inventário, consta o valor de 900 mil réis, pago por essas mulheres, que na época já estavam libertas

73 Sheila de Castro Faria, “Damas mercadoras: as pretas-minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)” in Mariza de Carvalho Soares (org.), *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*, 2ª ed. (Niterói: EDUFF, 2007), pp. 96-130.

74 Richard Graham, *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 65-83.

75 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 749, maço 1215, doc. 05, *Inventário de Ana Maria Veloso*, 14 set. 1876.

76 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 759, maço 1225, doc. 04, *Inventário de Rita Constança de Melo Sá*, 28 ago. 1880.

77 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 737, maço 1202, doc. 23, *Inventário do Capitão Joaquim Ferreira de Paiva*, 15 abr. 1874.

e reclamaram a liberdade dos seus filhos ingênuos, que estavam em poder de vários herdeiros, desrespeitando a Lei do Ventre Livre, como aconteceu em outras partes do Brasil.⁷⁸

Esses casos revelam aquilo que os estudos sobre a escravidão brasileira já confirmaram, ou seja, as mulheres alcançavam a alforria com mais frequência do que os homens. Em Salvador, entre 1819 e 1888, em torno de 60% das alforrias foram obtidas por mulheres.⁷⁹ No Sertão da Bahia, em Rio de Contas, esse percentual foi de 58% para o total de 1.774 alforrias obtidas no século XIX.⁸⁰

Em Ilhéus, isso também aconteceu: das 92 cartas registradas no cartório da localidade entre 1810 e 1850, aproximadamente 62% foram obtidas por pessoas do sexo feminino.⁸¹ Na segunda metade do século XIX, esse percentual foi de 47%, para o total de 132 alforrias.⁸²

Muitas cartas foram pagas em dinheiro, mas não sabemos como as mulheres conseguiram as quantias. A resposta pode estar na lavoura cacauieira, no comércio de rua, no recurso a serviços sexuais, nas relações familiares, no compadrio e nas redes de solidariedade.

Mary Ann Mahony argumentou que o desenvolvimento da receita para o chocolate ao leite, em 1876, fez crescer a demanda internacional por cacau e muitas pessoas libertas, livres e escravizadas, por conseguinte, se estabeleceram como lavradores desse fruto em Ilhéus.⁸³ Alguns inventários que analisamos evidenciam isso.

78 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 762, maço 1228, doc. 15, *Inventário de Maria Margarida Ninck*, 25 out. 1886; sobre as disputas pelos ingênuos ver Ariza, “Ventre, seios, coração”, pp. 19-40.

79 Kátia M. de Queiros Mattoso, Herbert S. Klein e Stanley L. Engerman, “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888” in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1988), pp. 60-72.

80 Kátia Lorena Novais Almeida, *Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX*, Salvador: Edufba, 2012. p. 131.

81 Andrade, “Nos labirintos da liberdade”, p. 85.

82 Gonçalves, *Escravos e senhores na terra do cacau*, pp. 145-146.

83 Mahony, “Mulher, família e estatuto social no sul da Bahia”, p. 296.

Em 1849, o africano João, escravizado na fazenda Santa Cruz, possuía 84 pés desse fruto, que não foram avaliados por pertencerem a ele.⁸⁴ Antes de falecer, em 1871, o africano Tito Galião, casado com a forra Arminda Cordier, possuía 1.278 pés de cacau no sítio Pau do Peixe, na Cachoeira de Itabuna.⁸⁵ Segundo Mahony, “alguns [escravos] usavam suas terras para plantar cacau e participar, eles próprios, da economia de exportação”.⁸⁶

Adicionalmente, as mulheres tinham a seu favor a possibilidade de atrair homens de diversas condições sociais, além de várias habilidades como cozinheiras, costureiras, lavadeiras e engomadeiras. Isso pode ter influenciado a luta delas pela obtenção de recursos e formação de relações afetivas. Contudo, essas possibilidades não estavam abertas a todas as mulheres escravizadas. Para muitas mulheres negras, especialmente as submetidas à escravidão, ter que trabalhar, amamentar, cuidar dos filhos e formar pecúlio eram tarefas que exigiam delas muito tempo e estratégias específicas, com riscos constantes de separação dos filhos, o que deve ter provocado diferentes reações, dependendo do contexto e da situação em que estavam inseridas.

Neste sentido, podemos citar o exemplo de Benta, escravizada em Ilhéus que tinha dois filhos menores em 1875, Cirilo com cinco anos e Aquilina, com doze. Sua família trabalhava ao lado de outros catorze escravizados no Engenho União, que possuía plantações de cana, cacau e outras culturas. Durante os trâmites do processo, essas crianças foram libertas. No processo, consta a informação que Benta era filha legítima de Romualdo e Aninha. Nesse caso, a família pode ter contribuído para resgatar as crianças do cativoiro.⁸⁷

84 APEB, SJ, Ilhéus, est. 08, cx. 3424, maço n/c, doc. 06, *Inventário de João Segismundo Cordier*, 25 maio 1849.

85 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 740, maço 1205, doc. 11, *Inventário de Tito Galião*, 7 ago. 1871.

86 Mahony, “Instrumentos necessários”, p. 120.

87 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 738, maço 1203, doc. 12, *Inventário do Alferes José Antônio de Guimarães Bastos*, 10 dez. 1875.

Contudo, a maior parte das mulheres escravizadas em Ilhéus (62%) não teve o estado conjugal mencionado nos inventários; outras foram descritas como solteiras (37%). A africana Arminia, por exemplo, de nação Nagô, 24 anos, trabalhava na fazenda de cacau denominada Santa Cruz, em 1849, e teve um filho durante a partilha dos bens entre os herdeiros da fazenda, que logo trataram de avaliar o recém-nascido em 50 ml réis.⁸⁸ Não sabemos nada sobre o pai dessa criança nem os desafios da mãe para trabalhar, amamentar e conseguir tempo para suas agências: cuidar das suas roças, alugar seus serviços, vender alimentos, entre outras atividades. Segundo Maria Helena P. T. Machado, “a maternidade foi uma das questões contraditórias na vida dessas mulheres, visto que seu corpo era duplamente violado, enquanto instrumento de trabalho para geração de riquezas e como espaço de reprodução da própria escravidão”.⁸⁹

Em outras partes do Brasil, mães como Arminia podiam ser separadas dos filhos e “alugadas” como amas de leite, destinadas a amamentar crianças brancas, filhos(as) dos seus senhores ou dos contratantes dos seus serviços, como aconteceu em outras partes do Brasil mesmo após a Lei do Ventre Livre.⁹⁰

Em Ilhéus, não encontramos descrições de amas de leite nos inventários, mas a separação dos filhos das mulheres escravizadas foi comum, como deve ter acontecido com Clara, em 1851:

88 APEB, SJ, Ilhéus, est. 08, cx. 3424, maço n/c, doc. 06, *Inventário de João Segismundo Cordier*, 25 maio 1849.

89 Maria Helena P. T. Machado, “Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade?” in Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg e Daniel Aarão Reis (orgs.), *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018), pp. 327-337, p. 329.

90 Lorena Ferres Telles, “Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888)” in Maria Helena P. T. Machado, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação* (São Paulo: Ed. Unesp, 2021), pp. 41-61.

Dizemos nós, Jose Borges do Amaral e minha mulher Narcisa da Roza Dora, que entre os demais bens que possuímos livres, desembargados, se compreende um mulatinho, filho da nossa escrava Clara, com um mês de nascido, batizado com o nome de Moises, a qual cria na terça de nós ambos e no valor de quarenta mil reis, doamos ao nosso filho José Miguel Arouca do Amaral, que entrará no desfrute de seus serviços logo que principie a dá-los.⁹¹

A morte do senhor e a partilha dos bens eram momentos de incerteza na vida dos cativos, “comparado em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido”.⁹² Em Ilhéus, uma moça africana (Nagô), de nome Cora, foi doada para Manoel José Spinola Bitencourt após a morte do seu senhor, o negociante Joaquim José da Costa Seabra.⁹³ Tereza, com catorze anos, sabia coser e costurar e foi dada em dote de casamento à filha do seu proprietário, o negociante Manoel Pereira da Silva, que faleceu em 1865.⁹⁴

Essa realidade afetou a vida de muitas pessoas submetidas à escravidão.⁹⁵ Apesar dessas circunstâncias, mulheres negras – escravizadas, livres e libertas – construíram famílias, que contribuiu para fortalecer suas redes de proteção e identidades.⁹⁶

Mulheres escravizadas em Ilhéus consagraram matrimônio na igreja e outras estabeleceram uniões consensuais com homens livres, libertos e escravizados. O documento do fundo de emancipação permite conhecer algumas características dessas famílias,⁹⁷ especialmente na

91 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 783, maço 1250, doc. 15, *Inventário de Narciza da Roza Dora*, 23 ago. 1851.

92 Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 111.

93 APEB, SJ, Ilhéus, est. 08, cx. 3424, maço n/c, doc. 06, *Inventário de Joaquim José da Costa Seabra*, 17 set. 1856.

94 APEB, SJ, Ilhéus, est. 09, cx. 3901, maço n/c, doc. 19, *Inventário de Manoel Pereira dos Santos*, 16 mar. 1865.

95 Isabel Cristina Ferreira dos Reis, *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador: Edufba, 2001.

96 Robert W. Slenes, *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX*, Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

97 O documento dispõe das seguintes informações sobre os cativos: número da matrícula, nome, cor, idade, estado conjugal, profissão, aptidão para o trabalho,

conjuntura da Lei do Ventre Livre, quando a lavoura cacaeira estava em plena expansão e a demanda por terra e mão de obra era alta, causando conflitos entre senhores, escravizados e libertos, além de disputas pelos filhos das cativas.⁹⁸

Em Ilhéus, foram classificados 802 cativos, sendo a maioria (83%) “de cor preta”, e 89% solteiros. O primeiro casal da lista, classificado em 1874, era formado por Rachel e Firmino, descritos da seguinte forma no documento: “ela era de cor parda, casada, 21 anos de idade; ele, preto, casado, 23 anos, ambos do serviço de lavoura e com ótima aptidão para o trabalho, com quatro pessoas na família, pertencentes a Ernesto de Sá Bitencourt Câmara”. No campo das observações, consta a seguinte frase: “casal com um filho menor escravo e outro livre em virtude da lei”.⁹⁹

A Lei do Ventre Livre não protegeu os ingênuos da exploração.¹⁰⁰ Em Ilhéus, alguns escravistas se recusaram a libertar ingênuos, pois os consideravam importantes para os serviços na lavoura de cacau.¹⁰¹ Cristiane Batista dos Santos analisou contratos de trabalho de crianças em vilas do sul da Bahia no final do século XIX, nos quais os senhores acordavam com as mães cativas a entrega dos filhos para viverem e trabalhar em suas casas em troca de um soldo anual de 25 mil réis,

peças de família, moralidade, valor, nome do senhor e observações. Em Ilhéus os campos valor e moralidade não foram preenchidos. APEB, SCP, lv. nº 7008. *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*. O fundo de emancipação foi um instrumento jurídico criado pela Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, que previa a destinação de recursos pecuniários a cada província do país e ao município neutro (Rio de Janeiro) para a libertação de tantos escravos quantos possível. Era parte do projeto do governo imperial, cujo objetivo era promover a emancipação dos cativos por meio da indenização aos senhores, respeitando a propriedade particular e tentando conduzir de forma lenta e gradual a abolição da escravidão no Brasil. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. “Aprova o regulamento geral para a execução da Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871” in *Coleção de leis do Império do Brasil, 1808-1889*, 2.

98 Cruz, “Conflitos e tensões”; Cristiane Batista da Silva Santos, *Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia*, Ilhéus: Editus, 2019.

99 APEB, SCP, lv. nº 7008, *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*.

100 Ver, entre outros, Ariza, “Ventre, seios, coração”

101 Mahony, “Creativity under constraint”, p. 654.

de alimentação, vestuário, educação e do ensino de uma profissão.¹⁰² Em Ilhéus, alguns escravistas tentaram ofuscar vendas ilegais de crianças, mudando suas idades nos registros cartoriais, a exemplo do que aconteceu com Januária, vendida ilegalmente em 1871, quando tinha apenas sete anos.¹⁰³

Nem o fundo de emancipação nem a Lei do Ventre Livre cumpriram papéis decisivos na libertação dos escravizados. Camillia Cowling, por exemplo, ressaltou que na cidade do Rio de Janeiro o fundo libertou somente 3% da população cativa. Destacando ainda que:

as escravas e seus parentes também tomavam variadas iniciativas para conseguir a sua própria emancipação [...] Em novembro de 1887, uma jovem negra, crioula, chamada Josefa, fez uma oferta aos vereadores: ela contribuiria com 100 mil réis se a Câmara desse o resto, que era a quantia de 200 mil réis, completando assim seu preço, 300 mil réis. Após um processo de negociação, ela foi emancipada pelo valor de 150 mil réis, do qual seu pecúlio representaria dois terços.¹⁰⁴

O documento do fundo de emancipação de Ilhéus menciona 345 crianças nascidas antes da Lei do Ventre Livre e outras 65 ingênuas, mas não constam no documento seus nomes e idade. Tampouco ficamos sabendo se as mães tinham outros filhos, já adultos na época da classificação dos escravizados. Ademais, consta no documento apenas um liberto em 1882, chamado Joaquim, 67 anos.¹⁰⁵

102 Santos, *Histórias de africanos*, pp. 123-127.

103 Mahony, “Creativity under constraint”, p. 651.

104 Camillia Cowling, “O Fundo de Emancipação ‘Livro de Ouro’ e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880” in Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (São Paulo: Selo Negro, 2012), pp. 214-227. p. 218.

105 Excluímos sete classificações declaradas pelos membros da junta de Ilhéus como sem efeito.

Tabela 3**Mulheres escravizadas segundo o estado conjugal e a presença de filhos(as) menores. Ilhéus, 1874-1886**

Estado conjugal/ presença de filhos(as)	Mulheres escravizadas		Filhos menores escravizados		Filhos ingênuos		Total de filhos(as)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiras, sem filhos(as)	211	47,6	-	-	-	-	-	-
Solteiras, com filhos(as)	182	41,1	315	91,3	55	84,6	370	90,3
Casadas, sem filhos(as)	24	5,4	-	-	-	-	-	-
Casadas, com filhos(as)	14	3,2	30	8,7	10	15,4	40	9,7
Viúvas, sem filhos(as)	12	2,7	-	-	-	-	-	-
Viúvas, com filhos(as)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	443	100,0	345	100,0	65	100,0	410	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

De acordo com a Tabela 3, a maioria das mulheres escravizadas em Ilhéus era solteira, sendo que 47,6% não tinham filhos e 41,1% os possuíam. Entre as casadas, esses percentuais foram de 5,4% e 3,2%, respectivamente. Apenas 2,7% eram viúvas, todas sem filhos menores na época da elaboração do documento. A maior parte das crianças, escravas e ingênuas (90,3%), eram filhos de mães solteiras.

A condição de mãe solteira não significava necessariamente ausência de pai, nem de vínculos familiares. Na época, o casamento na igreja custava caro, e muitas pessoas não tinham recursos para arcar com as despesas da cerimônia. Uma mãe escravizada podia viver com seu filho em uma propriedade e manter vínculos afetivos com um homem que

residia em outra.¹⁰⁶ Victor Santos Gonçalves encontrou essa tendência ao analisar os filhos de cativas batizados em Ilhéus entre 1805 e 1864, sendo que do total de 255 crianças, a maior parte (72,5%) era composta por filhos naturais. Somente 5,5% eram legítimos; os demais não tiveram a condição mencionada no documento.¹⁰⁷

As chances de uma mulher solteira encontrar um parceiro sexual dependiam de vários fatores. Certamente, entre as mulheres que realizavam trabalho doméstico nos espaços urbanos de Ilhéus, as possibilidades eram maiores, visto que muitas circulavam pelas ruas, realizando diversos serviços para seus senhores. Em contrapartida, as que viviam na zona rural dependiam da oferta de parceiros dentro da propriedade ou na vizinhança.

Mafalda, uma mulher de 40 anos descrita como preta, trabalhava na lavoura, foi a mãe solteira com o maior número de filhos que encontramos na documentação. Ela era mãe de oito crianças nascidas antes da Lei do Ventre Livre, todas pertencentes a Fernando Steiger, um dos maiores escravistas de Ilhéus. Esse escravista detinha 85 cativos(as), 58% mulheres e 42% homens, os quais tinham 61 crianças menores – escravizadas e ingênuas. Ele era dono da fazenda Vitória, com plantações de cacau e café, obtida por herança da sogra.¹⁰⁸ Segundo Mary Ann Mahony, Steiger tentou estimular o casamento entre seus escravos, oferecendo prêmios às escravas que dessem à luz mais de seis crianças.¹⁰⁹ Não obstante, apenas seis (7%) dos seus 85 cativos eram casados(as), 5% viúvos(as) e 88% solteiros.

Na fazenda Vitória, com grande número de cativos, a probabilidade de Mafalda encontrar um parceiro era maior, ao contrário das escravizadas que viviam em pequenas posses, em que essas chances eram menores e elas tinham que buscar relacionamentos com pessoas de outros lugares.

106 Mahony, “Creativity under constraint”, pp. 640-644.

107 Gonçalves, *Escravos e senhores*, p. 274.

108 APEB, SJ, Ilhéus, est. 02, cx. 759, maço 1225, doc. 04, *Inventário de Rita Constança de Melo Sá*, 28 ago. 1880.

109 Mahony, “Instrumentos necessários”, p. 103.

Parece que os grandes escravistas de Ilhéus, donos de engenhos e/ou fazendas de cacau, incentivaram relacionamentos entre seus escravizados dentro das suas propriedades, com o intuito de ampliar a força de trabalho disponível e prolongar a escravidão. Fortunato Pereira Galo, dono de engenho, classificou 48 cativos(as): 33% mulheres, 63% homens e dois com nomes ilegíveis no documento, os quais tinham 15 filhos menores – escravos e ingênuos. Mary Ann Mahony analisou o seu testamento, aberto em 1878, constatando que ele manteve relações sexuais com escravas e libertas e deixou instruções para os cuidados com os filhos tidos com essas mulheres.¹¹⁰

Ernesto de Sá Bitencourt Câmara, outro rico escravista de Ilhéus, classificou 31 cativos(as), 55% mulheres e 45% homens, com dezesseis filhos menores entre eles. Estrutura semelhante foi encontrada em outras posses, como a do dr. Pedro de Cerqueira Lima, por exemplo, que classificou trinta cativos(as), os quais tinham sete filhos menores. José de Melo Sá classificou dezesseis, que tinham quinze filhos menores, e Paulino Lopes de Carvalho classificou 34, os quais tinham doze filhos menores – escravos e ingênuos.

Como dito anteriormente, a situação das mães escravizadas solteiras era peculiar, pois muitas vezes seus parceiros não viviam na mesma propriedade. Mary Ann Mahony salientou que a sociedade patriarcal estigmatizava mulheres negras, solteiras, com filhos, que moravam sem a proteção de um marido. De acordo com Mahony, “desde que nunca casassem com o pai de seus filhos, elas não teriam direito de herança e os filhos somente teriam direitos quando o pai reconhecesse a paternidade, preferencialmente em cartório”.¹¹¹

Adriana Dantas Reis investigou as africanas e afro-brasileiras que viveram na Bahia entre 1780 e 1830, ressaltando que “são inúmeros os homens livres que, em testamento, legitimaram ou instituíram como seus herdeiros os filhos tidos com mulheres escravas ou libertas e livres de

110 Mahony, “Mulher, família”, p. 320.

111 Mahony, “Mulher, família”, p. 329.

cor”.¹¹² Júnia Ferreira Furtado analisou a trajetória de Chica da Silva, escravizada que alcançou mobilidade social estabelecendo relações afetivas com o contratador de diamantes.¹¹³ Outras mulheres negras optaram por permanecer solteiras justamente para não ter que dividir a herança com “companheiros inábeis”, como nos revelou Juliana Barreto Farias, ao analisar os casamentos e divórcios entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX.¹¹⁴

O fato de o parceiro ser solteiro ou casado, livre ou liberto, não garantia mobilidade social, mas podia significar algum tipo de proteção. Isabel Cristina Ferreira dos Reis nos lembra o caso de duas irmãs escravizadas que viviam de suas agências em Salvador na segunda metade do século XIX. Uma delas se relacionou com um homem livre e forneceu-lhe 600 mil réis com a promessa de que ele comprasse sua alforria e que se casassem posteriormente, o que não se confirmou. Esse homem foi preso e teve que responder na justiça pelo golpe que aplicou.¹¹⁵

Em Ilhéus, a maior parte das cativas casadas constituiu união com pessoas da mesma condição social e do mesmo senhor, como Rita, 49 anos, casada com Felipe. Eles tinham cinco filhos menores, todos propriedade de Ernesto de Sá Bitencourt Câmara.

112 Adriana Dantas Reis, “Mulheres ‘afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830)” in Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (São Paulo: Selo Negro, 2012), pp. 24-34. p. 24.

113 Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

114 Juliana Barreto Farias, “Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX” in Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (São Paulo: Selo Negro, 2012), pp. 112-133.

115 Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia Oitocentista” in Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (São Paulo: Selo Negro, 2012), pp. 172-185.

Além de casais formados por pessoas escravizadas que pertenciam ao mesmo proprietário, encontramos, em menor proporção, casamentos entre mulheres e homens livres e libertos e casos em que os cônjuges não foram mencionados. Victória, de 43 anos, por exemplo, empregada na lavoura, era casada e tinha seis filhos menores, mas o documento não revela a identidade do seu marido. Umbelina pertencia a Maria Custódia Lessa Soares e era casada com Joaquim, escravizado cujo proprietário era José Antônio Foneto Bastos. Ou seja, nota-se que, mesmo casadas, a possibilidade de que essas mulheres escravizadas pudessem viver com seus maridos não era evidente.¹¹⁶

Em outros casos, a condição social do cônjuge era diferente da mulher. A escravizada Felipa, de 47 anos, era casada com o liberto João; já Júlia, de dezessete anos, era casada com José Cardoso de Jesus, um homem livre. Esses dois casais não tinham filhos menores na época da elaboração do documento, talvez por terem optado por proteger a futura prole do cativo, ou devido às chances remotas do casal viver junto e criar o filho sob a proteção dos pais.

Entre os homens, encontramos situações semelhantes. Vicente, por exemplo, um homem preto de 49 anos, era casado com a mulher “índia” Carolina; Domingos, pardo, 34 anos, do serviço de lavoura, era casado com Maria (livre); e Pedro Lourdes, 60 anos, lavrador, era casado com a liberta Delfina.¹¹⁷

Esses exemplos demonstram aquilo que a historiografia constatou para várias localidades do Brasil, ou seja, as pessoas escravizadas construíram relacionamentos afetivos com pessoas de diversas condições sociais. Às vezes, esses relacionamentos contribuíam para a obtenção das alforrias. Em algumas situações, negociava-se primeiro a libertação de um dos membros da família e depois empenhava-se para libertar outros. Em Ilhéus, no ano de 1864, a liberta Narcisa Lina comprou a alforria de

116 APEB, SCP, lv. nº 7008, *Livro de classificação*.

117 APEB, SCP, Ilhéus, lv. nº 7008, *Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*.

seu filho por um conto de réis.¹¹⁸ A africana Domingas, por meio de suas agências, conquistou a alforria na cidade de Cachoeira (BA) e pretendia libertar o seu amásio, o escravizado Jacó, com quem mantinha relações afetivas há dezesseis anos.¹¹⁹ No interior da Bahia, na freguesia de Uburu, os escravizados construíram redes de parentesco envolvendo batismos e casamentos, nas quais estavam envolvidas pessoas livres, libertas e escravizadas, que se articularam de várias formas para resgatar parentes do cativo e manter os laços de resistência ao longo do tempo, entre 1870 e 1930.¹²⁰

O documento do fundo de emancipação de Ilhéus não permite conhecer as redes de parentescos, consanguíneos e espirituais que os escravizados construíram durante a vida, mas sabemos que elas existiram. Mary Ann Mahony demonstrou que em Ilhéus, famílias separadas pelo tráfico se reuniram após décadas de separação.¹²¹ Ronaldo Lima da Cruz revelou casos como o de Sabino e Eulália, escravizados em Ilhéus, que tinham um relacionamento afetivo e uma roça em comum, onde cultivavam gêneros de subsistência.¹²²

Entre as cativas casadas, o mais comum foi a união delas com escravizados, em seguida com libertos e depois com homens livres. O número de filhos(as) variou de acordo com a condição social dos cônjuges, o que pode refletir estratégias específicas dessas mulheres.

118 Gonçalves, *Escravos e senhores*, p. 264.

119 Reis, “Relações de gênero”, pp. 172-185.

120 Napolitana Pereira Santana, *Raízes negras em terras do sertão da Bahia: famílias e comunidades de africanos a quilombolas (Urubu, 1870-1930)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. 

121 Mahony, “Creativity under constraint”, pp. 643-644

122 Cruz, “Conflitos e tensões”, pp. 41-42.

Tabela 4
Escravizadas casadas segundo a condição social dos cônjuges. Ilhéus, 1874-1886

Escravizadas casadas	Total de cativas casadas		Cativas com filhos		Total de filhos		Média de filhos(as)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Casada c/ escravizado	19	50,0	9	23,7	24	60,0	2,6
Casada c/ liberto	7	18,5	2	5,2	4	10,0	2,0
Casada c/ livre	4	10,5	0	0,0	0	0,0	0,0
Casada c/ outros*	8	21,0	3	7,9	12	30,0	4,0
TOTAL	38	100,0	14	36,8	40	100,0	2,8

Fonte: APEB, SCP, Ilhéus, lv. 7008, Livro de classificação dos escravos para liberação pelo fundo de emancipação, 1874-1886.

(*) Cônjuges não mencionados no documento.

A Tabela 4 mostra que, do total de 38 cativas, a metade (50%) era casada como homens da mesma condição social; 18,5% com libertos e 10,5% com homens livres. Aproximadamente um terço (36,8%) tinha filhos menores, a maior parte destes (60%) era fruto de uniões entre escravizados, 10% provinham de uniões com libertos e 30% eram fruto de relações em que os cônjuges não foram mencionados no documento.

A maior proporção de casamentos entre cativos pode refletir o fortalecimento da unidade familiar, como forma de preservação dos bens e manutenção dos laços de parentesco. Victor Santos Gonçalves demonstrou que 62% dos padrinhos dos filhos de pessoas escravizadas em Ilhéus eram escravos, o que significa a existência de fortes vínculos entre eles.¹²³

Por outro lado, os escravistas podem ter incentivado casamentos na senzala com vistas a obter ganhos com a reprodução natural dos cativos, visto que os filhos das escravizadas eram cobiçados pelos esca-

123 Gonçalves, *Escravos e senhores*, pp. 255-279.

vistas.¹²⁴ No entanto, essa política esbarrava nos limites impostos pelas próprias mulheres, que reagiram de diversas formas às tentativas de controle dos seus corpos.¹²⁵ Os casamentos com homens livres e libertos, por exemplo, sugerem o protagonismo delas na escolha dos parceiros. Em 1887, o liberto Firmino, africano, com aproximadamente 58 anos de idade, vendeu sua roça de cacau com o intuito de se casar com a escravizada Luísa, africana, que recebeu permissão do seu senhor, casando-se na igreja matriz de Ilhéus.¹²⁶

Os relacionamentos construídos pelas mulheres escravizadas tinham múltiplos significados e consequências, que muitas vezes não aparecem na documentação oficial. Ainda que as condições de vida e existência fossem precárias, homens e mulheres escravizados não deixaram escapar nenhuma chance de amenizar as agruras do cativo e se livrar da escravidão, construindo relações afetivas com pessoas de diversas condições sociais, com os quais formaram famílias, casaram-se na igreja e estabeleceram uniões consensuais.

Considerações finais

As mulheres escravizadas participaram de diversas formas do processo de formação da economia cacaueira de Ilhéus, especialmente entre 1850 e 1888, quando as plantações de cacau cresceram no sul da Bahia. A maior parte dessas mulheres, em torno de 85%, apareceu nos documentos oficiais como “escravas dos serviços de lavoura”, outras eram domésticas. No eito e nos espaços urbanos de Ilhéus, elas desempenharam várias funções, concentrando-se, sobretudo, entre os donos de engenho de açúcar e os produtores de cacau, onde trabalhavam como cozinheiras, lavadeiras, costureiras, engomadeiras e nos serviços de lavoura.

124 Ver, entre outros, Machado, Brito, Viana e Gomes (orgs.), *Ventres livres?*

125 Grinberg, *Liberata*, Graham, *Caetana diz não*.

126 Cruz, “Conflitos e tensões”, pp. 43-44.

Embora o cultivo do cacau estivesse em crescimento, destacando-se como a principal cultura da localidade, a economia de Ilhéus era diversificada, sendo que plantações de café, coco, mandioca e casas de farinha compareceram com frequência no patrimônio dos inventariados, onde as mulheres escravizadas também trabalharam, juntas ou separadas dos filhos.

Outras mulheres trabalhavam para os negociantes envolvidos no comércio interno e nas exportações de cacau, café e outros produtos enviados para Salvador, capital da província. A Rua do Porto aparece nos inventários de Ilhéus como um dos espaços mais dinâmicos da vila, sendo possível notar que muitas mulheres escravizadas circulavam por esses espaços, frequentando lojas e armazéns, onde tinham crédito com os negociantes.

As condições familiares se mostraram semelhantes às das cativas de outras partes do Brasil. A maioria das escravizadas de Ilhéus era solteira (88%) e quase metade dessas tinha filhos menores, nascidos antes e depois da Lei do Ventre Livre. Poucas contraíram matrimônio na igreja, predominando casamentos com homens escravizados e, em menor proporção, com livres e libertos.

Em diversos casos, foi possível perceber que o interesse dos escravistas se sobrepôs às determinações da Lei do Ventre Livre, com mães e filhos sendo separados durante a partilha dos bens. A maior parte das crianças estava entre os grandes escravistas, sugerindo que eles incentivaram a união dos cativos para obter ganhos com a “reprodução natural” da escravidão. Por outro lado, elas reagiram de diversas formas aos imperativos da escravidão, aparecendo nos autos dos inventários entregando dinheiro em favor das suas alforrias e da libertação dos seus filhos, inclusive ingênuos separados das mães e em poder dos herdeiros.

A lavoura cacauieira estava aberta a pessoas pobres, até mesmo a escravizados, que dentro dos limites da escravidão, conseguiam cultivar pequenas roças de cacau. Essa possibilidade, além das pequenas economias cotidianas, pode ter permitido às famílias escravizadas em

Ilhéus a obtenção de ganhos. Adicionalmente, as mulheres escravizadas formaram laços de afetividade com homens de diversas condições sociais, inclusive com produtores de cacau que, assim como elas, se dedicavam a vários serviços importantes para a formação da economia cacaueira.

Recebido em 22 nov. 2023

Aprovado em 13 maio 2024

doi: 10.9771/aa.v0i69.57953



O artigo analisa as mulheres escravizadas no município de Ilhéus, sul da Bahia, entre 1850 e 1888, período de expansão da lavoura cacaueteira. A proposta é investigar as atividades em que tais mulheres estavam inseridas, as condições familiares e os desafios que enfrentaram durante a escravidão. As fontes principais são inventários *post mortem* e o *Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação*, que reúnem informações relevantes acerca do tema. Além de executarem serviços importantes no eito, nos espaços urbanos e domésticos, as mulheres podiam gerar filhos, fator considerável para os escravistas da época, sobretudo após o fim do tráfico atlântico de africanos, em 1850. Nessa conjuntura, as mulheres escravizadas em Ilhéus contribuíram para o desenvolvimento da economia cacaueteira e reagiram de diversas formas aos imperativos da escravidão.

Ilhéus | Escravidão | Mulheres | Cacau | Século XIX.

**BLACK WOMEN IN THE FORMATION OF
THE COCOA ECONOMY IN ILHÉUS (BA):
SLAVE LABOR AND FAMILY RELATIONS, 1850-1888**

This article focuses on enslaved women in the municipality of Ilhéus, southern Bahia, between 1850 and 1888, when the number of cocoa plantations was increasing. The aim is to investigate the activities the women were involved in, their family conditions, and the challenges they faced during their enslavement. The main sources probate records and a document entitled Book of classification of slaves for liberation by the emancipation fund. In addition to performing essential services in the fields, as well as in urban and domestic spaces, enslaved women's childbearing potential was a significant factor for slaveholders of the time, particularly after the end of the Atlantic slave trade in 1850. In this context, enslaved women in Ilhéus played a role in the development of the cocoa economy and responded in diverse ways to the demands of slavery.

Ilhéus | Slavery | Women | Cocoa | Nineteenth century